



## PRECARIZAÇÃO E FEMINIZAÇÃO DO TRABALHO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: CONSEQUÊNCIAS E DESAFIOS

Érica Terezinha Vieira de Almeida<sup>1</sup>  
Tatiane Leite Soares<sup>2</sup>

163

### Resumo

O artigo pretende discutir o avanço da agenda neoliberal, destacando alguns dos seus impactos regressivos na agenda dos catadores de recicláveis. A partir de pesquisa bibliográfica e da pesquisa quanti-qualitativa realizada com os catadores(a) das cooperativas, em associação com a observação participante, pretende-se atualizar e problematizar a situação atual das Cooperativas de Catadores de Campos dos Goytacazes /RJ, destacando o seu perfil, os problemas e os conflitos no processo de autogestão, em contexto de precarização do trabalho. O artigo chama atenção para o protagonismo das catadoras no processo de resistência ao fechamento do lixão, assim como, na gestão atual das cooperativas, indicando o recrudescimento do processo de precarização das mesmas e de feminização da pobreza, nesses quase dez anos. Esse processo está diretamente vinculado ao esvaziamento de políticas públicas federais voltadas para este segmento, combinado com a ausência de uma política local de resíduos sólidos de inclusão socioeconômica dos catadores, o que vem agravando as condições de reprodução social deste segmento, em especial, das catadoras negras, fração majoritária nessas organizações, e suas estratégias e desafios.

**Palavras-chaves:** Campos dos Goytacazes/RJ; catadores de materiais recicláveis; cooperativas, feminização da pobreza, trabalho precário.

***Precarization and feminization of the work of recyclable material collectors: consequences and challenges***

### Abstract

*The article intends to discuss the advancement of the neoliberal agenda, highlighting some of its regressive impacts on the agenda of recyclable collectors. Based on bibliographical research and quantitative-qualitative research carried out with the collectors of the cooperatives, in association with participant observation, the aim is to update and problematize the current situation of the Collectors' Cooperatives in Campos dos Goytacazes/RJ, highlighting their profile, the problems and conflicts in*

<sup>1</sup> Doutora em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Associada do Departamento de Serviço Social de Campos, do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, da UFF e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (PPGDAP).

<sup>2</sup> Mestranda em Política Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).



*the self-management process, in a context of precarious work. The article draws attention to the leading role of waste pickers in the process of resistance against the closure of the landfill, as well as in the current management of cooperatives, indicating the resurgence of the process of precariousness and feminization of poverty along these almost ten years. This process is directly linked to the emptying of federal public policies aimed at this segment, combined with the absence of a local solid waste policy for the socioeconomic inclusion of collectors, which has been worsening the condition of this segment, especially female collectors, black women as majority fraction in these organizations, and their strategies and challenges.*

**KeyWords:** *Campos dos Goytacazes/RJ; recyclable material collectors; cooperatives, feminization of poverty, precarious work.*

## 1 Introdução

Com o desenvolvimento do capitalismo, particularmente, na era da sociedade do consumo, o “lixo” passou a ser incorporado na lógica da produção capitalista como matéria-prima, pela intermediação da inovação tecnológica. Com isso, a relação com o “lixo” foi se modificando, a partir da necessidade de separação do material reciclável do material orgânico, segundo os preceitos ecológicos e higienistas. Com o aumento do consumo, aumentou-se também o seu descarte, particularmente, em locais inadequados como os lixões, terrenos baldios e rios, ameaçando a saúde pública e daqueles que vivenciam a experiência do racismo ambiental, quais sejam os moradores que residem próximos a esses lixões e os catadores. Não se pode esquecer de que a política higienista acompanha o processo de urbanização das cidades brasileiras, sendo responsável por empurrar e amontoar o segmento mais precarizado, empobrecido e negro da classe que vive do trabalho nas favelas e áreas periféricas, muitas delas junto aos lixões. Com isso, as doenças também foram sendo empurradas, junto com a pobreza, para as periferias; um fenômeno conhecido por “higienização social” (Grecco, 2014).

Com o discurso voltado para a necessidade de controlar a produção, cada vez mais crescente do “lixo”, surge a indústria da reciclagem e sua cadeia de valorização, extremamente dependente do trabalho precarizado e não-remunerado do catador (Bosi, 2008, Ecurra, 2011). Essa foi a forma pela qual o capitalismo vem se apropriando do que “descarta” – o lixo (Grecco, 2014) e do trabalho excedente



dos catadores e catadoras de cooperativas/associações, ruas e lixões, responsáveis por entregar à cadeia de valorização da reciclagem, 90% do que é reciclado no País.

O trabalho de catar materiais recicláveis é caracterizado por ser uma atividade precarizada e mal remunerada, que consiste na classificação de resíduos pós-consumo, descartados nas ruas, nas residências, nos lixões e em demais pontos de coletas. Segundo Ecurra (2011), a separação de materiais recicláveis constitui o primeiro elo da indústria da reciclagem: aquele mais insalubre e desprotegido; um trabalho informal, sem regularização e direitos trabalhistas. Muitas vezes, os catadores e as catadoras trabalham sem nenhum tipo de subsídio e proteção durante o manuseio do lixo, composto por fração reciclável, orgânica e, muitas vezes, de resíduos perfurantes e hospitalar.

A atividade de separação do reciclável está estritamente vinculada à indústria de reciclagem, uma depende da outra. O avanço da atividade industrial ligada à reciclagem só foi possível, no Brasil, em função da combinação de dois processos, o científico e tecnológico que permite a transformação do resíduo em uma nova mercadoria, e o baixíssimo custo da separação do material reciclável realizado pelos catadores (Bosi, 2008). Ainda segundo o autor, os investimentos tecnológicos não seriam interessantes do ponto de vista da lucratividade se não fosse o trabalho precarizado e não -remunerado realizado pelos catadores, aliás, em grande parte da América Latina, África, Ásia e, alguns países europeus, considerando que a atividade de catar recicláveis constitui uma estratégia imediata de reprodução social e, portanto, uma mão de obra essencialmente barata, composta por trabalhadores completamente desprotegido e, muitas vezes, sem condições de retornarem ao mercado de trabalho formal.

Na compreensão de Ecurra (2011), a existência das atividades e das relações estabelecidas pelos catadores de recicláveis, na atualidade, precisa ser compreendida como uma produção capitalista de formas não capitalistas de produção. Segundo ela, trata-se de uma subordinação indireta entre o catador e a produção capitalista, visto que o trabalho do catador se materializa nos produtos coletados e, posteriormente, comercializados. Portanto, é pela intermediação do capital comercial que se extrai o trabalho excedente dos catadores e se realiza a sua



transferência ao capital industrial. Continuando, a autora sinaliza que “nesta forma de organização social interessa o trabalho excedente, independentemente de que seja ou não sob a forma de mais valia” (p. 6). Logo, “catar recicláveis”, no Brasil, sempre apareceu como uma estratégia de sobrevivência frente ao desemprego para uma fração da classe trabalhadora. Contudo, desde os anos de 1990, ele além de uma necessidade de reprodução social de um dado segmento de catadores, que hoje aglutina entre 800 mil e 1 milhão de catadores (MNCR, 2017), ele também representa uma necessidade para os negócios da reciclagem que inclui empresas, grandes, médios e pequenos comerciantes ou sucateiros como eram conhecidos. De acordo com o MNCR (Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis), esse número pode ter aumentado se considerarmos o aumento do desemprego a partir de 2015 e o contexto de pandemia enfrentado pelo País, a partir de 2020. Em uma matéria intitulada “Crise multiplica catadores, mas reduz o lixo”, o autor aponta a situação dramática dos trabalhadores desempregados e a adoção do trabalho de coleta de recicláveis como estratégia de sobrevivência por parte deles, tanto pela facilidade de ingressar neste mercado, quanto pelo retorno financeiro imediato que esse trabalho proporciona (Carranço, 2019). Ainda segundo Carranço (2019), tendo, como fonte, os dados da Pnad Contínua (IBGE, 2019), “o número de catadores informais de material reciclável cresceu 48% no Brasil ente dezembro de 2014 e igual mês de 2018”. Para o MNCR, no entanto, não se pode desconsiderar que essa taxa que tem, como referência, a Pnad Contínua (IBGE, 2019), poder ser bem maior, já que nem todos os catadores consideram catar lixo como sua atividade principal, levando a uma subnotificação deste dado. Além disso, o MNCR alerta que, ao serem entrevistadas em domicílio, as catadoras, também costumam informar que sua ocupação principal é a de dona de casa e não a de catadora, reforçando a subnotificação.

As mulheres catadoras constituem a maior parte da força de trabalho na coleta de recicláveis no Brasil; elas representam 70% desta categoria, sinalizando para a feminização deste trabalho (MNCR, 2014). Para Hirata (2002), o conceito de “feminização do trabalho” é polissêmico e traduz um conjunto diverso de representações. Todavia, como categoria teórica de análise dos sociólogos da



década de 1990, a “feminização” diz respeito às mudanças no mercado de trabalho pós- consenso de Washington e, portanto, articula-se aos processos de desemprego estrutural, de flexibilização dos direitos, de terceirização e de outras formas de precarização, com o avanço da gestão neoliberal do trabalho pelos Estados. Para alguns autores, a integração maciça das mulheres no mercado de trabalho esteve diretamente associada aos salários inferiores, à ausência de vínculos e aos direitos trabalhistas e previdenciários. Além disso, na grande maioria das vezes, elas trabalham em ocupações manuais.

Nessa perspectiva, a utilização do conceito de “feminização do trabalho” na reciclagem articula a presença maciça de mulheres nas atividades de coleta/triagem/prensa e comercialização, dentro e fora das cooperativas e associações de catadores. Foi sobretudo a partir da década de 1990, com o avanço do desemprego e das iniciativas de criação de cooperativas, que a Economia Solidária passou a fomentar a organização de produtores e trabalhadores em diferentes ramos, principalmente mulheres, sendo a separação de lixo uma dessas atividades como forma de enfrentamento do desemprego e, também, da organização dos seus interesses em comuns (Cherfem, 2016); como uma atividade que não requer maiores qualificações e que seja “flexível”. Cabe salientar que como trabalhadoras “autônomas”, as mulheres conseguem conciliar o trabalho reprodutivo e o produtivo. Nessa análise, o gênero cruza-se com a raça, pois a maioria dos catadores se autodeclararam negros e negras; eles representam 66,1% na atividade (Silvia Goes; Alvarez, 2013, *apud* Cherfem, 2016).

Importa destacar, também, que o trabalho da separação de lixo é precarizado, insalubre, mal remunerado, desprestigiado e historicamente invisibilizado pelos governos e pela sociedade, ainda que, a partir de 2003, os catadores de recicláveis tenham ganhado espaço nas mídias e nas Políticas Públicas. De acordo com Martins (2023), as políticas públicas voltadas para as/os catadoras/os de materiais recicláveis tiveram início no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), tendo continuidade no governo de Dilma Rousseff (2011-2016). Os incentivos e o apoio consolidaram-se, inicialmente, na elaboração da Lei n. 12.035/2010 da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e se estenderam a um conjunto de



políticas e programas de apoio à organização dos catadores em cooperativas e associações, formalização das organizações, capacitações e financiamento para galpões e equipamentos. Esse apoio, em consonância com a pauta do MNCR, deveria atender às demandas das cooperativas para participarem das Coletas Seletivas em igualdade de condições com os comerciantes, que retiram uma parte significativa do trabalho excedente dos catadores. Além disso, os governos petistas avançaram no apoio federal com a criação do CIISC<sup>3</sup>, do Pró-Catador e do Cataforte, todos ligados à Secretaria Geral da Presidência da República.<sup>4</sup>

A PNRS (2010) constitui uma conquista importante do MNCR, que garantiu a sua consolidação e reconhecimento, assim como “[...] à corresponsabilização pelos materiais recicláveis, às condições de trabalho das/os catadoras/es, à promoção de reciclagem por meio de cooperativas de trabalhadoras/es [...]” (Martins, 2023, p. 52). Durante o governo de Lula e Dilma, também foram implementadas políticas de trabalho e renda que subsidiaram o sustento de muitas famílias. No entanto, no governo de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), ocorreu um intenso desmonte e enfraquecimento das Políticas Públicas voltadas para a Economia Solidária, dentre outras voltadas particularmente para os catadores, considerando os compromissos do seu governo com os setores empresariais ligados à limpeza pública e, também, com aqueles vinculados à “recuperação energética” dos resíduos sólidos urbanos (RSU), isto é, a sua incineração. Somado a isso, ficou patente a ausência de gestão federal durante e após a pandemia da Covid-19, o que impactou diretamente as/os catadoras/es (Martins, 2023).

---

<sup>3</sup> O Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (CIISC) foi instituído por meio do Decreto nº 7.405/10 e recriado pelo Decreto 11.414/2003, junto com o Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular. Cabe ao CIISC coordenar, monitorar e avaliar a execução do Programa. O CIISC é composto por integrantes dos ministérios de diferentes Ministérios, dentre eles, o de o Meio Ambiente; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Trabalho e Emprego; Previdência e Assistência Social; Educação; Saúde; Cidades, dentre outros ministérios e, também a participação dos bancos públicos e das estatais.

<sup>4</sup> O Programa Cataforte e o Pro-Catador, ambos ligados à Secretaria Geral da Presidência da República, tinham a finalidade de possibilitar a inserção de cooperativas de catadores no mercado da reciclagem e a agregação de valor na cadeia de resíduos sólidos, por intermédio de apoio à infraestrutura e equipamentos e, também, com recursos para capacitação, formação política, organização e formalização das associações e cooperativas. Durante os governos do PT, o Cataforte contou com três fases apoiando cooperativas e redes de cooperativas com o apoio da SENAES, BNDES, Fundação Banco do Brasil e PETROBRÁS.



Cabe enfatizar que durante os 19 anos de elaboração PNRS (2010), no Congresso Nacional, o MNCR participou ativamente do debate, representando os interesses dos catadores e se opondo às inúmeras propostas de empresariamento da política de resíduos sólidos defendidas pela ABRELPE (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública), pela CNI (Confederação Nacional da indústria), pela ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústria de Base) e, também, pela ABiogás (Associação Brasileira de Biogás) e os seus respectivos parceiros na política institucional.

Embora fossem muitos os programas, subsídios e financiamentos realizados pelos governos petistas, incluindo inúmeras associações e cooperativas de trabalhadores vinculados ao trabalho na seleção de lixo recicláveis apoiadas pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), eles não foram suficientes para enfrentar as condições precárias de trabalho e os baixíssimos rendimentos auferidos pelos cooperados e cooperadas e nem para realizar, de modo universal e nacional, as diretrizes apresentadas pela PNRS (Brasil, 2010) e pelo Decreto que a regulamenta, também de 2010 (Decreto n. 10.936/2010). Além disso, esses esforços no campo jurídico-político-institucional não foram suficientes para transformar as práticas hegemônicas que operavam e, ainda operam, em grande parte do território nacional e concorrem para que ela não se realize integralmente, o que vem criando um conjunto de conflitos com os interesses dos catadores organizados em cooperativas e associações, dentre eles, a disputa pela participação nas políticas de coleta seletiva, sob responsabilidade dos governos municipais.

Com isso, o presente artigo tem por objetivo discutir a partir do contexto de aprofundamento do neoliberalismo no País, após o Golpe jurídico-parlamentar de 2016 (Fleury, Pinho, 2019) e da agudização dos conflitos de classe e frações de classe, os impactos (e retrocessos) na agenda da política de resíduos sólidos, do ponto de vista dos interesses dos catadores de recicláveis, protagonistas historicamente invisibilizados tanto por governos, quanto pela sociedade civil. Nessa perspectiva, o texto em tela, também, pretende problematizar os impactos e retrocessos, assim como, os desafios apresentados pelas cooperativas de Campos dos Goytacazes, na Região Norte do estado do Rio de Janeiro, a partir da pesquisa



realizada com os seus cooperados, considerando o papel das mulheres catadoras desde o encerramento do lixão e sua atuação atualmente na gestão das cooperativas <sup>5</sup>.

Para tanto, a metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica sobre a problemática apresentada, no sentido de subsidiar a análise e a problematização dos “achados” da pesquisa quanti-qualitativa realizada com cooperados das quatro cooperativas de catadores em Campos dos Goytacazes, no período compreendido entre dezembro de 2021 e maio de 2022. E mais, a pesquisa contribuiu para atualizar o perfil das cooperativas, suas condições de trabalho, precarização, rendimentos, bem como, os desafios experimentados no seu cotidiano, prioritariamente pelas mulheres negras, segmento majoritário nessas organizações.

Ao todo foram aplicados 44 formulários aos cooperados das quatro cooperativas de materiais recicláveis, o equivalente a uma amostra de 74,57% do universo. A aplicação dos formulários foi realizada na sede das cooperativas, onde foi possível conhecer e observar a infraestrutura e as condições de trabalho dos catadores. Após a aplicação dos formulários, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as sujeitas principais deste trabalho, que são as mulheres catadoras, chamando a atenção para a continuidade da precarização do trabalho nas cooperativas consequência da ausência de uma política local de inclusão socioeconômica das mesmas na coleta seletiva, o que tem contribuído para reproduzir o processo de feminização do trabalho na atividade.

O artigo está dividido em introdução, seguida de duas seções e a conclusão. A primeira seção intitulada “Expropriação do Campo, superpopulação relativa e a produção social do catador de recicláveis”, objetiva apresentar alguns aspectos

---

<sup>5</sup> Ver ALMEIDA, E. T. V. *et al.* Protagonismo e esfera pública em Campos dos Goytacazes: a trajetória recente dos catadores do Lixão da Codin. In: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (org.). **Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro, RJ: Ipea, 2016. Ver também por ALMEIDA, E. T. V. de. Conflito e resistência na periferia da cidade - a experiência coletiva dos catadores de recicláveis do lixão de Campos dos Goytacazes/RJ, 2010 -2019. In: LAGO, L. C. do; MELLO, I.; PETRUS, F. (org.). **Da cooperação na cidade à cidade cooperativa**. 1. ed. Marília/SP: Lutas anticapital, 2020. (p. 81-118).



referentes à inserção dos trabalhadores na coleta de recicláveis no lixão, considerada por eles como uma estratégia, inicial, à desocupação sazonal e, mais tarde, como uma alternativa ao desemprego com a falência das Usinas combinada com a crise do emprego no País na década de 1990. A segunda seção, intitulada “O protagonismo das mulheres na resistência ao fechamento do lixão nas cooperativas”, analisa o processo de resistência dos catadores diante do fechamento do lixão, enfatizando o papel das catadoras na organização e mobilização deste grupo em torno do reconhecimento do direito ao trabalho na política de resíduos sólidos municipal e os desafios experimentados na relação com o poder público.

## **2 Expropriação do campo, superpopulação relativa e a produção social do catador de recicláveis**

Tradicionalmente composta por ex-trabalhadores rurais, expropriados do campo a partir dos anos de 1950 e que encontraram dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho formal, a atividade de coletar recicláveis nas ruas e nos lixões aparece como uma estratégia de sobrevivência para a parcela da classe trabalhadora que compõe, no entendimento de Marx (1979), a “superpopulação relativa”, uma população trabalhadora excedente, produto do processo de acumulação capitalista e condição de existência desse mesmo modo de produção. Portanto um exército de sobrantes que não serão incluídos no mercado de trabalho capitalista e que, no caso de Campos dos Goytacazes/RJ, são concebidos como “deserdados da cana” (Cruz, 1992).

Em Campos dos Goytacazes, a introdução de novas técnicas de transporte no campo e a redução das formas de colonato e parceria, acentuados no final dos anos de 1960, com as mudanças nas relações trabalhistas, provocaram um forte movimento migratório para cidade (Cruz, 1992; Benetti, 1986). Instalados nas periferias e favelas, essa força de trabalho, mesmo retornando à lavoura de cana-de-açúcar no período de safra, na condição “boia-fria”, constitui, agora, uma força de



trabalho barata e disponível para outros capitais (Benetti, 1986), majoritariamente às atividades da construção civil e, também, ao emprego doméstico (Cruz, 1992).

A oferta abundante dessa força de trabalho, em sua maioria negra, no mercado de trabalho local e regional, inicialmente por conta da entressafra e, mais tarde, em decorrência do processo de falência das Usinas, contribuiu para a criação de uma superpopulação relativa flutuante (Marx, 1979) ou de um “exército de biscateiros” (Cruz, 1986), que agiu diretamente no rebaixamento dos salários, assim como na redução da oferta de postos de trabalho com a devida proteção legal e os direitos trabalhistas.

A generalização da figura do “boia-fria”, como trabalhador temporário, permitia a ele alternar o trabalho rural com o biscate urbano (Cruz, 1986), dentre eles, a catar recicláveis no lixão, como forma de sobrevivência e de sustento dos seus filhos, sobretudo no período da entressafra da cana, que durava em torno de quatro a seis meses. Mais adiante, já nos anos de 1980, o município seria fortemente impactado com as repercussões da crise econômica mundial e nacional. A hiperinflação e o desemprego, em pleno processo de redemocratização política e de retorno do Estado de Direito, não permitiu que a crise da agroindústria sucroalcooleira local fosse tratada com os mesmos privilégios concedidos pelos governos militares, isto é, com a injeção de recursos via bancos e instituições de crédito públicos, subsídios, compensações, dentre outras benesses, o que contribuiu para o fechamento de dezenas de usinas locais e para o agravamento do desemprego (Cruz, 2003).

Essa crise vai se estender e atravessar toda a década de 1990 e o início dos anos 2000, com a liberalização da economia por intermédio da adoção do receituário neoliberal, da reestruturação no mundo do trabalho e da política de ajuste fiscal, promovendo uma drástica redução dos postos de trabalho no País e, por conseguinte, no município. Em Campos, embora a grande maioria dos trabalhadores rurais já não residisse mais nas fazendas, o fechamento das usinas provocou um forte desemprego entre os trabalhadores. Ainda que o lixão fosse um ambiente insalubre e inapropriado para o trabalho, ele fornecia condições de vida melhores do que o trabalho na cana, uma atividade marcada pela subalternidade e pelo controle direto da força de trabalho (Almeida, 2021).



Entre as mulheres, as narrativas sobre o trabalho no lixão, além de estratégia de sobrevivência e sustento dos filhos, aparecem vinculadas ao enfrentamento da violência doméstica praticada pelo companheiro, à possibilidade de trabalhar próximo da moradia, sobretudo para as mães com filhos menores e, ainda, como uma alternativa ao emprego doméstico, como relata uma das entrevistadas: *“ali a gente podia sair qualquer horário que a gente quisesse, do lixão. Podia sair três e meia, ninguém mandava em ninguém. A gente trabalhava pra gente”* (Entrevistada Netrad, 2023). Os relatos das catadoras sobre sua trajetória de trabalho incluem o trabalho na roça, o trabalho na “casa de família” e no lixão, sintetizando as experiências de trabalho da grande maioria das mulheres, particularmente aquelas da primeira geração.

O trabalho “em casa de família”, embora tenha feito parte de 25% (Netrad, 2022) do itinerário de trabalho das catadoras do lixão, não gozava de reconhecimento por parte delas e nem tampouco trazia boas memórias, como demonstram os relatos acima. Observa-se, através das narrativas, que o emprego doméstico reunia, ao mesmo tempo, a perda da autonomia, a vigilância, a superexploração e as humilhações. Uma das catadoras relata que já chegou a trabalhar mais de 10 horas por dia e seis vezes na semana, em casa de família e que, quando engravidou, foi mandada embora.

Realizado tradicionalmente pelas escravas e depois pelas mulheres negras e pobres, o trabalho doméstico, ou “em casa de família”, como é nomeado pelas catadoras, é uma atividade extremamente desvalorizada socialmente, de menor remuneração e a última ocupação a ter, parcialmente, os seus direitos reconhecidos, somente em 2015. Atualmente, dados da Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio (Pnad) Contínua (IBGE, 2022) indicam que 25,6% das trabalhadoras domésticas têm carteira assinada, ou seja, uma parcela ínfima tem acesso aos direitos, o que denuncia sua precariedade. Historicamente a associação entre mulheres negras e esse mercado de trabalho denuncia o legado da escravidão, o racismo estrutural e institucional e, portanto, a ausência de uma cultura política hegemônica que fosse capaz de direcionar a ação do Estado brasileiro em direção à integração dos negros e negras, no campo e na cidade.



Como se vê, esse círculo intergeracional da pobreza, que vinha sendo enfrentado por intermédio da universalização do acesso à escola pública, pelos programas de combate ao trabalho infantil e pela via da transferência de renda, parece retornar com a crise econômica, a partir de 2015, e, com o avanço do desemprego entre os adultos, em especial, entre as mulheres negras, que acabam retornando às estratégias de sobrevivência marcadas pela superexploração da força de trabalho, dentre elas, catar recicláveis nas ruas.

### **3 O protagonismo das mulheres na resistência ao fechamento do lixão e nas cooperativas**

Observa-se que a atividade de catar lixo reciclável, como atividade informal, vem sendo o aglutinador de uma massa de trabalhadores essencialmente pobres<sup>6</sup>, formada majoritariamente por mulheres negras trabalhadoras, que, além de serem responsáveis pelo sustento da casa, também são responsáveis pelo cuidado com suas famílias. Isso implica na difícil conciliação entre o trabalho produtivo e reprodutivo, que aponta para a dupla jornada de trabalho.

Para além da divisão sexual do trabalho, Cherfen (2016) traz importantes reflexões no que tange à divisão racial do trabalho, “[...] o conceito de divisão racial do trabalho ajuda a refletir sobre os papéis sociais do trabalho de brancos em detrimento do trabalho de negros” (Cherfen, 2016, p. 48). Como já discutido, negros e negras são a imensa maioria nessa atividade. Isso é reflexo das políticas colonialistas e racistas, que são herança do longo período de escravização por que esse País passou. Na cidade de Campos, as mulheres representam 54,54% (Netrad, 2022) nas cooperativas de materiais recicláveis, confirmando a feminização nesses locais, apontada por Cherfen (2016), sendo que 83,33% das mulheres são negras.

---

<sup>6</sup> Ecurra (2011, p. 4) compreende “[...] o trabalho do catador de papel - enquanto uma forma particular de manifestação de pobreza [...]”.



Após o fechamento do lixão, em 2012<sup>7</sup>, em Campos, as catadoras protagonizaram uma ação coletiva com o apoio do MNCR e outros parceiros como as universidades e a defensoria pública, favorecidas pela aprovação da PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos), em setembro de 2010, em favor da inclusão socioeconômica dos catadores de recicláveis na política de coleta seletiva (Almeida, 2021). Amedrontados pela perda do trabalho de catar no lixão, os catadores passaram a se organizar e a realizar inúmeras manifestações coletivas chamando atenção das mídias e do poder público, a fim de reivindicar o seu direito ao trabalho, bem como, de denunciar a forma truculenta como se deu o fechamento do lixão, como relata uma das catadoras: - *“Foi muito complicado menina, foi muito complicado. Cê imagina o pessoal chegando pra trabalhar, você com policiais, guarda, tudo fechado, não deixando ninguém subir e o lixo sendo jogado fora, sendo aterrado”* (Entrevistada. L., Netrad, 2023). Outra catadora acrescenta: *“Parou do nada, a gente indo trabalhar, fechô. Teve aquele monti de povo fazendo manifestação”* (Entrevistada. B., Netrad, 2023).

Desse modo, vale enfatizar o papel das mulheres na organização dos movimentos populares em geral e, particularmente, na organização do movimento local dos catadores no enfrentamento das suas necessidades materiais e, também, pelo reconhecimento político do seu papel na política de resíduos sólidos como “agentes ambientais”, o que culminou na criação das quatro cooperativas de catadores (Reciclar, Cata Sol, Nova Esperança e Renascer, entre 2015 e 2017).

As análises sobre as mobilizações dos grupos subalternos, na maioria das vezes, têm sido percebidas pela sua negatividade, isto é, pelo que elas não são em comparação aos movimentos sociais tradicionais. “Percebidas como manifestações carentes de uma consciência de classe, sem um projeto societário anticapitalista que os oriente, alguns analistas tendem a recusá-las, rejeitando o sentido de contestação e de rebeldia que elas portam [...]” (Almeida, 2021, p. 4). Nesse sentido, para Almeida (2021), esses movimentos requerem um olhar mais atencioso, considerando os novos atores sociais que vêm ocupando e ressignificando o espaço

---

<sup>7</sup> O fechamento foi devido à PNRS (2010). “[...] Na tarde do dia 11 de junho de 2012, os catadores que se encontravam no aterro foram violentamente expulsos por vigilantes armados [...]” (Almeida, 2020, p. 99).



urbano, em especial, os espaços periféricos, através das diferentes experiências de luta coletiva.

Apesar dessas considerações, não se pode negar que foi a partir do movimento das catadoras que o poder público, mesmo que timidamente, respondeu a esse grupo subalterno. Embora o município tenha afirmado que o fechamento do lixão era uma resposta às exigências da PNRS (2010), tal medida não veio acompanhada da ampliação da coleta seletiva com a participação das cooperativas, o que também era uma orientação da PNRS (2010), o que gerou grande impacto na vida daqueles que tiravam o seu sustento do lixão (Almeida, 2020). Importa enfatizar, também, que, ainda que a constituição desse movimento coletivo se tenha dado a partir das necessidades emergentes dos catadores, qual seja, a sobrevivência, atualmente, elas foram ressignificadas pelas cooperativas, demandando um conjunto de políticas públicas que reconheçam não apenas o direito desses catadores e catadoras continuarem na política de resíduos sólidos, de modo autônomo e com remuneração pelo trabalho que realizam, mas, principalmente, reconheçam os catadores como “agentes ambientais”, extremamente relevantes no enfrentamento dos problemas urbanos.

Além disso, a ausência de uma política pública de apoio às cooperativas pelo poder público local contribuiu sobremaneira para o processo de precarização e de fragmentação do movimento local, hoje representado pelas quatro cooperativas. A falta de articulação política entre elas e a cooptação de algumas lideranças por parte do governo local ameaçam o processo de autogestão coletiva dos catadores. Todavia, a resistência das cooperativas em meio a um contexto de crises (política, econômica e sanitária) significa que elas, também, constituem um espaço de união, de solidariedade e de compartilhamento de um projeto político que ganha cada vez mais sentido na defesa do direito de continuarem trabalhando “com o quê gostam e com o quê sempre fizeram”, sobretudo diante do avanço do desemprego e da superexploração do trabalho que se caracteriza pela ausência dos vínculos, aumento das jornadas e rebaixamento das remunerações.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a ação coletiva dos catadores em Campos



não foi o resultado, apenas, da perda do seu “meio de vida”, mas o entrecruzamento e a articulação de um conjunto de fatores de natureza objetiva e subjetiva, oportunizados pelo encontro de diferentes pessoas, grupos, instituições e organizações que juntos, foram capazes de transformar aquilo que seria “mais um protesto realizado nas periferias da cidade” em um movimento local protagonizado pelos subalternos, com forte conotação feminina e negra. (Almeida, 2021, p. 108)

Dentre esses fatores estão as “janelas de oportunidades” abertas pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), com destaque para o apoio do presidente Lula à participação do MNCR nas negociações sobre a PNRS (2010) no Congresso Nacional e, mais tarde, os programas interministeriais de apoio aos catadores, os financiamentos às cooperativas para aquisição de equipamentos, organização, formalização, dentre outros aspectos importantes à organização deste segmento em nível nacional e internacional. Cabe salientar que a ação política do MNCR no Congresso Nacional por ocasião da elaboração da política nacional de resíduos sólidos, depois de mais de uma década de governos neoliberais (1990-2002), foi fundamental no que se refere à enunciação do conflito na referida matéria. Enquanto portador do conflito, o MNCR deu legitimidade e visibilidade aos interesses dos catadores, até então ausentes neste debate, considerando as diferentes formas de pressão dos grupos hegemônicos sobre nossos congressistas.

Em Campos, os catadores vão se apropriar desse debate e das conquistas presentes na PNRS (2010), um espólio possível conquistado pelo seu Movimento. Essa conquista dava ao movimento local e aos parceiros um discurso e um projeto que passou a fomentar a mobilização dos catadores e as suas expectativas. Não por acaso, eles conseguiram, mesmo depois de três anos do fechamento do lixão, abrir as quatro cooperativas e ganhar, na Justiça, a destinação da coleta seletiva local.<sup>8</sup>

O recrudescimento da crise econômica e política pós - Golpe jurídico-parlamentar de 2016 (Fleury, Pinho, 2019), a eleição, em 2018, do novo governo ultraneoliberal e sua proposta de destruição do Estado Democrático e Social e de desconstrução das principais políticas públicas de proteção social e, ainda, o modo

---

<sup>8</sup> Embora sejam quatro cooperativas de catadores, apenas três delas recebem os resíduos oriundos da coleta seletiva local. Uma delas, a Cooperativa Nova Esperança ainda trabalha com os resíduos da coleta tradicional (resíduo reciclável misturado com o orgânico).



irresponsável e negligente no enfrentamento da crise sanitária, a partir de 2020, ampliaram, em muito, as dificuldades das cooperativas em todo o País. Em Campos, as poucas conquistas oriundas da organização do movimento e da sua parceria com as instituições de justiça (MP e Defensoria Pública), Universidades, MNCR foram perdendo efetividade, sobretudo sem o apoio dos programas implementados pelo Governo Federal nos diversos ministérios. E mais, o consenso institucional a favor dos catadores construídos durante os governos do PT foi rapidamente substituído, nos três poderes, pelo discurso do gerencialismo neoliberal e das privatizações, atingindo em cheio os entendimentos sobre a participação dos catadores na política de coleta seletiva. Aliás, o que se assistiu foi um imenso retrocesso no que se refere à política ambiental e, por conseguinte, na Política de Resíduos Sólidos, com o PLANARES e os Decretos Presidenciais favoráveis à importação de resíduos recicláveis, o que rebaixou drasticamente o preço dos recicláveis para pequenos sucateiros, cooperativas e catadores individuais, agravando ainda mais as condições de sobrevivência desses sujeitos já penalizados pela pandemia de 2020.

Para Guadagnin e Assunção (2023, p.16), a versão final do PLANARES (2021-2022), sancionado pelo Decreto Presidencial de 11.043/2022 “reproduz, mantém e amplia formas de injustiça ambiental e inclusão perversa de catadores na cadeia reversa da reciclagem, pelos caminhos adotados nos moldes neoliberais implementados no Brasil”. Ainda segundo os autores, além de uma concepção distinta da anterior, o PLANARES elaborado no governo de Bolsonaro é marcado pela realização de audiências semipresenciais, pela ausência de participação da sociedade civil e, ainda, por uma cooperação técnica com um setor empresarial interessado e, portanto, parcial, a ABRELPE (Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais). Para eles, foi preciso uma Representação ao MP por parte de 73 organizações da sociedade civil para que estas pudessem participar da construção do novo Plano de Resíduos sólidos.

Desse modo, a eleição de Bolsonaro autorizou governos a avançarem na privatização de um conjunto de objetos das políticas públicas, dentre eles, o manejo e gerenciamento dos resíduos sólidos, particularmente, dos recicláveis tão disputados por um conjunto de empresários e comerciantes pelo seu valor no



mercado, mas, também, por setores empresariais interessados na sua utilização visando a chamada “recuperação energética” dos resíduos recicláveis<sup>9</sup>.

Mesmo com o retorno do governo Lula, em janeiro de 2023, e das medidas voltadas para o fortalecimento das cooperativas de catadores e de apoio à contratação das cooperativas e associações para prestação de serviços ambientais urbanos pelas prefeituras, o governo local mantém sua política de não aderir a essas iniciativas, como por exemplo a do Programa Pró-catador <sup>10</sup>, eximindo-se das suas responsabilidades no que se refere ao papel do município no enfrentamento da crise climática e social. Essa ausência de políticas públicas na escala local vem impondo um conjunto de limites à permanência das mulheres nas cooperativas, considerando a diminuição da coleta local, a insuficiência de material para elas trabalharem, a piora nas condições de trabalho, a suspensão do transporte (caminhão) cedido às cooperativas, dentre outras consequências do avanço da lógica gerencial nas políticas de governo, em detrimento das necessidades sociais dos grupos subalternos (Almeida, 2020). Esse recrudescimento da precarização das condições de trabalho traz consigo um conjunto de tensões e conflitos para o interior das cooperativas e, também no que se refere ao desentendimento entre elas, considerando a lógica da competitividade, bem como, a ação clientelista dos intermediadores político-partidários ligados aos diferentes grupos políticos, presentes em todo o município e, preferencialmente nas periferias urbanas desérticas de direitos.

---

<sup>9</sup>Cabe lembrar que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), apresenta no seu Capítulo II, art. 7º, XIV, cita o “incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético”. Todavia, no seu art. 9º, a PNRS chama atenção para uma ordem de prioridades no que se refere à destinação final dos resíduos. Vejamos: “Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”.

<sup>10</sup>O Programa Diogo de Sant’Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular foi instituído pelo Decreto nº 11.414/2023, assinado pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em 13/02/2023. Ele tem a finalidade de integrar e articular as ações, os projetos e os programas da administração pública federal, estadual, distrital e municipal voltados à promoção e à defesa dos direitos humanos das catadoras e dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, a partir do fortalecimento das associações, cooperativas e outras formas de organização popular; da melhoria das condições de trabalho; do fomento ao financiamento público; da Inclusão socioeconômica; e da expansão: da coleta seletiva de resíduos sólidos, coleta seletiva solidária, reutilização, reciclagem, logística reversa e educação ambiental (Gov.br. Presidência da República. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/programa-pro-catadores>. Acessado em 21/03/2024.



Contraditoriamente, ainda que o poder público venha dificultando a continuidade das cooperativas e a autogestão coletiva dos catadores, elas ainda constituem o principal trabalho de muitos catadores, dentre eles, das catadoras negras, empobrecidas e de baixa escolaridade, conforme aponta os dados do Netrad (2022)<sup>11</sup>. E mais, há que se considerar a experiência no trabalho com resíduos, a proximidade com a moradia e a flexibilização do horário de trabalho. Cerca de 52,27% dos cooperados se apresentaram como solteiros, sendo 47,82% deles mulheres com filhos, ou seja, mães “solos”. Mais da metade das cooperadas, além de terem múltiplas jornadas de trabalho, são as únicas responsáveis pelo sustento e cuidado dos filhos. Esse não é um dado que destoa da realidade concreta de vida das mulheres brasileiras, pelo contrário, as famílias monoparentais femininas estão cada vez mais frequentes no cenário brasileiro (Fernandes, 2022). Nessa perspectiva, como majoritariamente as cooperadas residem no entorno das cooperativas, a flexibilidade no trabalho contribui para que elas possam atender às demandas advindas de casa, como levar e buscar os filhos na escola, fazer comida, dentre outros, e conciliar o trabalho nas cooperativas.

Ainda de acordo com a pesquisa do Netrad (2022), 61,36% dos cooperadas recebem menos de R\$ 500 mensalmente, e 22,72% recebem entre R\$ 500 a R\$ 700, apenas 11,36% recebem mais de R\$ 700, isso aponta para o cenário de pobreza ou até mesmo de extrema pobreza se considerar os que recebem menos de R\$ 500 mensais. De acordo com o II Inquérito de Insegurança Alimentar no Contexto de Pandemia da Covid-19 (II VIGISAN), 36,8% das famílias brasileiras tinham renda per capita média de até  $\frac{1}{2}$  salários-mínimos, e 57,1% dos domicílios tiveram que cortar despesas necessárias para caber no orçamento. Esses indicadores de pobreza se agravam nos domicílios em que as pessoas de referência são mulheres e/ou negras(os) (II Vigisan, 2022).

Mesmo com o agravamento da precarização e dos baixíssimos rendimentos, a experiência dos(as) catadores(as), nesses últimos seis anos de autogestão coletiva do trabalho fortaleceu a compreensão deles sobre a potencialidade deste trabalho coletivo. Essa compreensão não apenas contribui para a permanência das

---

<sup>11</sup> Segundo os dados do NETRAD (2022), 78,23% das cooperadas têm apenas o ensino fundamental.



catadoras mais antigas nessa resistência, como também alimenta a luta coletiva por melhores condições para as cooperativas. Ainda que 68% (Netrad, 2022) tenham respondido que gostariam de mudar de trabalho, 95,45% disseram que gostam de trabalhar nas cooperativas e que permaneceriam caso as condições de trabalho e de rendimento melhorassem. Isso demonstra que muitos daqueles que alegam trabalhar na cooperativa por necessidade e que gostariam de um trabalho onde eles ganhassem mais, também, reconhecem as vantagens de trabalhar na cooperativa, seja pela autonomia, pela ausência do controle ou por ser “*um ambiente tranquilo e familiar*”. Para as catadoras, além do descaso do poder público, a pandemia da Covid -19 também contribuiu para a piora dos rendimentos (Netrad, 2022). Não se pode negligenciar o fato de que também são as mulheres que estão à frente desses empreendimentos, como “presidentas” e protagonistas da luta pela contratação das cooperativas

Também segundo o Netrad (2022), a maioria das cooperadas recebem alguma modalidade de transferência de renda, e 90% responderam que recebem o Programa Bolsa Família, o que de certa forma tem contribuído para a permanência dessas mulheres nas cooperativas em contextos de baixíssimos rendimentos. De acordo com Almeida (2020), mesmo com o cenário de intensa precarização, as cooperativas vêm traçando estratégias a fim de conter os conflitos internos, oriundos, sobretudo, da precarização do trabalho. Uma das estratégias utilizadas é a participação de todos os cooperados nos processos de trabalho, sem distinção e/ou hierarquia de gênero. Ainda que os trabalhos considerados mais pesados sejam executados majoritariamente pelos homens, não significa que as mulheres possam realizar tais tarefas. Segundo as catadoras, o inverso nem sempre é possível, já que os homens nem sempre executam com eficiência as atividades de separação e triagem realizadas pelas mulheres. Embora os catadores reconheçam que são eles que realizam, na maioria das vezes, os trabalhos “*mais pesados*”, eles também reconhecem que as mulheres fazem “*quase tudo*”.

Como se pode perceber, o baixo rendimento associado à precarização das relações e condições de trabalho vêm agudizando, em escala local, as possibilidades que essa economia popular e solidária poderia representar em termos de



enfrentamento do desemprego e de construção de projeto coletivo de resistência ao crescente processo de privatização dos bens e serviços públicos. Não por acaso, Almeida (2020) salienta que os gestores públicos locais temem a autonomia política dos grupos subalternos, pois eles desmontam o sistema clientelista local, responsável por reproduzir uma cultura política conservadora, autoritária e antiparticipativa que avança sobre as esferas “públicas” locais, já não tão públicas assim. A experiência da autogestão coletiva, vinculada a um movimento social pode produzir uma outra forma de trabalho e de sociabilidade, ampliando a noção de política e de solidariedade e ação coletiva em defesa dos direitos mais fundamentais. Nesse sentido, pode -se afirmar que o descaso com as cooperativas reflete o avanço de uma racionalidade gerencial e privatista no Estado, em detrimento das necessidades sociais da classe que vive do trabalho.

## 4 Conclusão

Embora o governo de Campos tenha cumprido com a PNRS (2010), encerrando o lixão em 2012, após 25 anos de atividade, ele não cumpriu com as diretrizes orientadas pela PNRS (2010) quanto à inclusão socioeconômica dos catadores e nem ampliou a coleta seletiva no município. Pelo contrário, ao não transformar essa questão em uma política pública local em consonância com a PNRS (2010), ele deixou a maioria dos catadores sem acesso ao trabalho, preocupando -se apenas em incluí-los nos programas de transferência de renda federal e/ou municipal; uma estratégia de inclusão assistencial em detrimento da integração pelo trabalho, típico do contexto neoliberal. Cabe registrar que a Prefeitura só entregou o primeiro galpão aos catadores em 2015, portanto, três anos depois do fechamento do lixão, pressionada pela organização e mobilização dos catadores com o apoio do MNCR e das Universidades, intermediados pela Defensoria Pública (Almeida, 2021), demonstrando que ela não queria essa integração pelo trabalho. Além disso, vale lembrar que os resíduos da coleta seletiva municipal que eram entregues à ONG SACI (Sociedade de Apoio à Criança e ao Idoso), só foram transferidos para os catadores por força de uma sentença judicial em primeira instância, questionada pela Prefeitura e, posteriormente confirmada pelo



Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, em 2015. Essa recusa dos governos locais em implementarem uma política pública de coleta seletiva com a participação dos catadores têm raízes profundas e muito bem articuladas com os setores privados que compõem esta cadeia no município, aos quais não interessa a autonomia dos catadores organizados.

Passados mais de uma década do fechamento do lixão, os catadores em seus galpões reclamam das condições de trabalho e dos baixíssimos rendimentos, sugerindo, muitas vezes, de que “*no lixão era melhor*”. Para eles, há um desprezo por parte do governo em relação às cooperativas que, cada vez mais, são responsabilizadas pela manutenção das máquinas, custos da formalização e pela reprodução social das famílias dos cooperados, considerando a diminuição drástica dos pontos de coleta seletiva no município, fator determinante para a queda nos rendimentos desde 2017, o que faz com que os catadores abandonem as cooperativas em busca de atividades de maior remuneração.

## Referências

ALMEIDA, E. T. V. *et al.* Protagonismo e esfera pública em Campos dos Goytacazes: a trajetória recente dos catadores do Lixão da Codin. *In*: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (org.). **Catadores de Materiais Recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2016.

ALMEIDA, E. T. V. Conflito e resistência na periferia da cidade: a experiência coletiva dos catadores de recicláveis do lixão de Campos dos Goytacazes/RJ. 2010-2019. *In*: LAGO, Luciana Correia do; MELLO, Irene e PETRUS, Fernanda. **Da cooperação na cidade à cidade cooperativa**. [s. l.]:Lutas anticapital, pp. 81-118, 2020.



ALMEIDA, É. T. V. **O protagonismo dos sujeitos periféricos em Campos dos Goytacazes**. Relatório do Estágio Pós-Doutoral (Pós-Doutorado em Sociologia Política). Campos dos Goytacazes: UENF, 2021.

BENETTI, P. Unificação do mercado de trabalho rural/urbano. *In*: PIQUET, R. (org.). **Acumulação e pobreza em Campos**: uma região em debate. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 1986. p. 48-67.

BOSI, A. A organização capitalista do trabalho informal: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 23, n. 67, p. 66-191, jun. 2008.

BRASIL. Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 ago. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12305.htm). Acesso em: 19 set. 2023.

CARRANÇA, T. Crise multiplica catadores, mas reduz o lixo. **Valor Econômico**, São Paulo, SP, 10 maio 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/05/10/crise-multiplica-catadores-mas-reduz-o-lixo.ghtml>. Acesso em: 29 set. 2023.

CHERFEN, C. O. Relações de Gênero e Raça em uma Cooperativa de Resíduos Sólidos: Desafios de um Setor. *In*: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (org.). **Catadores de Materiais Recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro, RJ: Ipea, 2016, p. 47-74.

CRUZ, J. L.V. Mercado de Trabalho e exclusão em Campos/RJ. **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, RJ, v. 18, n. 3, p. 159-178, set./dez. 1992.



CRUZ, J. L. V. Análise do perfil ocupacional da população de baixa renda de Campos/RJ. In: PIQUET, R. (org.). **Acumulação e pobreza em Campos dos Goytacazes**. Rio de Janeiro, RJ: PUBLIPUR/UFRJ, 1986.

CRUZ, J. L. V. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo**: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000. 340 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.

FERNANDES, P. D. S. **Família monoparental feminina**: desafios de ser mãe solo. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Social, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2022.

FLEURY, S.; PINHO, C. E. S. A desconstrução da democracia social e da cidadania urbana no Brasil. **Textos para Debate-Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz**, Rio de Janeiro, n. 11, 2019.

GUADAGNIN, M.R., ASSUNÇÃO, V.K. A inclusão-exclusão de catadores de materiais recicláveis nas políticas públicas de gestão de resíduos sólidos no Brasil (2010-2022). XIV Reunião de Antropologia do Mercosul, Niterói/RJ, 2023.

GRECCO, F. S. **Produção e reprodução capitalista na indústria da reciclagem**: uma análise do trabalho de catação de materiais recicláveis no interior paulista. 145 p. Dissertação (Mestrado): Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UNESP, 2014.

HIRATA, H. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17-18, p.139-156, 2002.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Ministério da Economia. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Ministério da Economia. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2022.

MARX, K. O Capital {Livro Primeiro, vol.III}. *In*: MARX, K. **A Lei Geral da Acumulação**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1979. (p. 733-734).

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES (MNCR). Mulheres são maioria entre Catadores de Materiais Recicláveis. **Página Online do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis**, [s. /], 21 mar. 2014. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>. Acesso em: 26 set. 2023.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES (MNCR). Quantos catadores existem no Brasil? **Página Online do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis**, [s. /], 1 fev. 2017. Disponível em: <https://www.mnccr.org.br/sobre-o-mnccr/duvidas-frequentes/quantos-catadores-existem-em-atividade-no-brasil>. Acesso em: 27 set. 2023.

NÚCLEO DE PESQUISA EM DINÂMICA CAPITALISTA E AÇÃO POLÍTICA (Netrad). **Acervo de dados qualitativos e quantitativos do Netrad**. Campos dos Goytacazes, RJ: UFF Campos, 2013, 2016, 2020, 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. VIGISAN. Inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia por COVID-19 no Brasil. **Olhe para a fome**, [s. /], 4 maio 2023. Disponível em:

# Boletim Petróleo, Royalties & Região



[https://olheparaafome.com.br/VIGISAN\\_Inseguranca\\_alimentar.pdf](https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf). Acesso em: 4 maio 2023.

SILVA, S; GOES, F; ALVAREZ, A. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável**. Brasília, DF: Ipea, 2013.